

Disputas sucessórias no trono armeno: considerações sobre as relações políticas entre romanos e partas, em Tácito (*Anais*, VI, 31-37)

*Succession disputes on the Armenian Throne: considerations on
the political relations between Romans and Parthians in Tacitus
(Annals, VI, 31-37)*

Rafael da Costa Campos*

Resumo: Este artigo examina um trecho dos *Anais*, de Tácito, que oferece um relato conciso de um conflito militar no Oriente romano. Neste confronto, forças militares armênias, partas e auxiliares se enfrentaram em meio a disputas sucessórias envolvendo armênios, partas e romanos. Tácito analisa o evento, bem como nos oferece indícios sobre os desafios da política externa do imperador Tibério e as interações da dinastia Júlio-Claudiana com reinos-clientes e adversários estrangeiros. Além disso, o autor nos permite observar um pouco das percepções romanas a respeito de povos vizinhos e fronteiriços. Por fim, esse relato destaca as mudanças históricas nas perspectivas imperialistas romanas na passagem da República para o Principado.

Abstract: This article delves into a passage from Tacitus' *Annals*, offering a concise narrative of a military conflict in the Roman East. Parthian, Armenian, and Roman auxiliary forces clashed amidst succession disputes involving Armenians, Parthians, and Romans. Tacitus scrutinizes the event, providing insight into Emperor Tiberius' foreign policy challenges and the Julio-Claudian dynasty's interactions with client kingdoms and foreign foes. Furthermore, he sheds light on Roman perceptions of neighboring and bordering peoples. Lastly, this account illuminates historical shifts in Roman imperialist outlooks from the Republic to the Principate.

Palavras-chave:

Tácito;
Anais;
Oriente romano;
conflitos militares;
perspectivas
imperialistas.

Keywords:

Tacitus;
Annals;
Roman East;
military conflicts;
imperialist
perspectives.

Recebido em: 19/04/2024

Aprovado em: 13/06/2024

* Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pampa. Pós-doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História Social pela USP. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel e Licenciado em História pela UFG. Editor-gerente do periódico *Alétheia* – Estudos sobre Antiguidade e Medievo. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

No Livro VI dos *Anais*, Tácito interrompe sua narrativa sobre os problemas dinásticos do governo de Tibério César Augusto para introduzir um relato de cinco capítulos a respeito de uma contenda militar que ocorreu na fronteira oriental do Império Romano. No ano 35 EC, eclode o tensionamento pelas disputas sucessórias ao trono do Reino da Armênia, a partir de pressões recorrentes da monarquia pártica, o que mobiliza o *princeps* a interferir politicamente na região.

Tácito (*Annales*, VI, 31, 1) relata que uma comitiva de aristocratas da Pártia foi à cidade de Roma para se queixar da postura beligerante e arrogante do rei Artabano II. Da mesma forma, esta se opunha à condução do primogênito, Ársaces I, ao trono armeno, após a morte de Artaxias III, que havia sido instalado no poder com o apoio romano, em 18 EC. A comitiva buscava o suporte de Roma para guiar o filho mais velho do falecido rei, Fraates IV, com o nome homônimo, e, com isso, depor Artabano II. Eles queriam restaurar um membro da linhagem Arsácida ao poder, apesar de a maioria dos anteriores pretendentes ter sido assassinada pelo último, ou, então, ser muito jovem para ascender (Tac., *Ann.*, VI, 31, 2). Fraates IV, que governou entre 38 e 3 AEC, enviara seus filhos para Augusto, em 10 AEC, entre os quais estava o futuro governante Vonones I, cujo breve reinado durou apenas um ano, entre 8 e 9 EC.

Num primeiro momento, podemos compreender que a situação política do Reino da Armênia foi exacerbada pela insatisfação da nobreza parta com Artabano II, o que a levou a buscar o apoio de Roma para instalar outro descendente de Fraates no trono. Nesse período, este rei consolidara seu poder, não apenas exigindo os tesouros deixados por Vonones, na Síria e na Cilícia, mas, também, reivindicando a região que pertenceu aos Impérios Selêucida e Persa. Dois anos mais tarde, após o falecimento de Tibério César, Artabano II conseguirá reafirmar sua posição e assegurará a sucessão de seu filho, Vardanes.

Desde a morte de Augusto, em 14 EC., o dinasta arsácida tentou eliminar a influência do Império na região da Armênia e da Mesopotâmia. A Armênia Menor, que havia se aproximado da órbita romana durante o governo do primeiro *princeps*, agora estava firmemente sob sua influência, mediante a nomeação de governantes, tanto armênios quanto não-armênios, para a sua administração. As legiões próximas ao Norte e ao Oeste ameaçavam a hegemonia do território parta na região.

Simultaneamente, manter a realeza cativa, em Roma, potencializava a instabilidade política interna. Esse expediente, criado por Augusto, foi seguido pelos imperadores Tibério, Calígula e Cláudio. O território armênio, descrito por Tácito, tornou-se uma região com governadores romanos, ibéricos (georgianos) e de outras origens, os quais se alternavam no poder. Enquanto isso, os partas tentavam impor seus próprios candidatos e

incitavam a rebelião local contra Roma. Ao mesmo tempo, a aristocracia armena da parte oriental alinhava-se com os partas, ao passo que aqueles da parte ocidental continuavam a buscar proteção junto aos governadores romanos da Síria (Bournotian, 2006, p. 41).

Para compreender o desvio de Tácito na história do Principado de Tibério, é necessário analisar a história das relações entre a Pártia, a Armênia e Roma. A primeira, que se estendia do Eufrates à Ásia Central, era um centro cultural diversificado, fortalecendo seu poder por meio de uma rica identidade cultural e por ligar Roma à China. No princípio, era uma satrapia aquemênida, mas, em seguida, a Pártia se tornou uma província selêucida, com fronteiras que alcançavam o Mar Cáspio e o rio Oxus. No século III AEC, a tribo dos *parni* invadiu o território, o que resultou no uso do termo “partas”, tanto no contexto político quanto no étnico. A língua oficial, originada do iraniano noroeste, passou a se integrar a um ambiente multilíngue.

Ao longo de séculos, o controle militar parta se expandiu da cidade de Asaak, culminando na coroação de Ársaces I. Este aproveitou o enfraquecimento dos Selêucidas, após a morte de Antíoco II, para assumir a dominação da Pártia, em 239 AEC. O primeiro dinasta tentou expandir seu território, sem sucesso, mas a instabilidade regional permitiu uma expansão posterior, seguida por seu filho e sucessor, a partir de 217 AEC. Assim, embora Antíoco III tivesse tentado retomar o controle de algumas províncias, acabou reconhecendo a realeza e soberania de Ársaces II em um acordo incontestável sob os reinados seguintes de Fríapates (191-176 AEC) e Fraates I (176-171 AEC) (Brosius, 2006, p. 81-86).

De outra parte, descobertas arqueológicas recentes sugerem que os armênios, antes vistos como migrantes indo-europeus, podem ser nativos do Cáucaso e da Anatólia. Existe a possibilidade de terem adotado o nome do Império Hitita ou de terem se estabelecido na região de *Arme-Shupria*, incorporando termos não originados de raízes proto-europeias em seu vocabulário. Algumas pesquisas argumentam que o povo da Armênia coexistiu com outras etnias da região antes da chegada dos indo-europeus, o que explica a singularidade linguística dessa coletividade. A pressão de impérios circundantes levou esse grupo étnico a formar alianças, bem como a adotar lendas e vocabulário de outras culturas, desenvolvendo-se independentemente até serem reconhecidos como a nação do Cáucaso. Apesar das controvérsias, alguns acreditam que os armênios são nativos da “Armênia Histórica” (Bournotian, 2006, p. 17-18).

Após o fim do Reino de Urartu e o início do Império Persa Aquemênida, a história do Planalto Armênio entra em um período obscuro, devido à falta de registros. No entanto, o povo da Armênia começou a se sobressair dentre as tribos sob o controle persa, preservando sua identidade e idioma, apesar da influência desse Império. As

interpretações gregas da região apenas forneceram uma visão fragmentada, conquanto se notem sinais de uma tradição, especialmente quando líderes conseguiram mobilizar grandes contingentes militares. No final do século IV AEC, a nomenclatura “Orontes” deixou de se referir apenas ao cargo de sátrapa, e tornou-se sinônimo de realeza. Mesmo com as conquistas de Alexandre, em 331 AEC, e a mudança do domínio persa para o macedônio, a dinastia Orôntida manteve seu controle sobre a Armênia (Garsoian, 1997, p. 42-46).

Após a morte de Seleuco I, em 323 AEC, a cultura grega foi introduzida naquele império não-grego, mas a identidade armena manteve suas raízes persas. Com o declínio do Império Aquemênida, a dinastia Orôntida ganhou independência e fundou a capital Eruandacerta. Estabeleceu três territórios: a Armênia Inferior, helenizada; a Armênia Superior, autônoma; e Sofena, que alternava entre a independência e a subordinação à Armênia Superior. A supremacia orôntida terminou durante o reinado de Antíoco III, quando a nação do Cáucaso se submeteu politicamente e Artaxias iniciou uma nova era dinástica no país eurasiático, em 190 AEC (Bournotian, 2006, p. 24-26).

A ascensão da dinastia Artáxida marca um momento de interseção entre o Reino Armênio e seus vizinhos ocidentais e orientais. Nos séculos II e I AEC, a Armênia evitou a ameaça de dominação estrangeira devido à fraqueza dos Selêucidas e ao ressurgimento do Irã sob os Arsácidas, possibilitando o desenvolvimento de ambições locais. Os Selêucidas, buscando recuperar o controle da costa síria e da Mesopotâmia, subjugaram os judeus, em 165 AEC, e lançaram ataques à Pérsia e à Armênia durante o reinado de Artaxias.

Embora este último tenha sido derrotado e capturado por Antíoco IV, em seguida foi liberto e continuou a governar mediante o pagamento de tributos. Roma, portanto, que já observava a Armênia como uma possível aliada ou vassala, mesmo que estivesse descontente com a situação nesta região, não interveio devido às preocupações internas e à sua campanha final contra Cartago.

De todo modo, o Império Selêucida gradualmente perdia sua dominância, em um processo de retração política e territorial que perduraria pelos próximos 100 anos. Sob Mitrídates I (171-138 AEC), o Império Parta surgiu como força política, mesclando as culturas persa e helenística. Estabeleceu-se na Mesopotâmia, tendo Ctesifonte como capital. Diante do declínio do Império Selêucida e com a morte de Diódoto II, o líder Mitrídates I conduziu uma campanha contra a Bactria, expandindo o território rumo à hegemonia no Oriente Médio Helenístico. Os sucessores de Mitrídates mantiveram a estabilidade do Reino, enquanto os Selêucidas aceitaram a impossibilidade de retomar suas antigas províncias orientais. O Reino Greco-Báctrio foi posteriormente dominado

pelas tribos cuchanas, que estabeleceram um império duradouro entre o Tadjiquistão e a Índia, delimitando a fronteira com os partas (Brosius, 2006, p. 88; Overtoom, 2020, p. 154).

Durante o reinado de Mitrídates II (124-88 AEC), o Império Parta expandiu-se, conquistando reinos do norte da Mesopotâmia e retomando territórios, como a Babilônia. Em resposta às ameaças invasoras, Mitrídates aliou-se ao Império Chinês, o que resultou na Rota da Seda. Seu domínio estendeu-se até a Armênia e a Ásia Menor, e uma aliança com o rei do Ponto fortaleceu ainda mais o Império. A fronteira com Roma foi formalizada em 96 AEC, destacando a crescente influência da Pártia, que focou na fronteira ocidental até o século II EC, a despeito dos limites de apresentação das fontes romanas.

Após a derrota de Antíoco III, em 191 AEC, Roma interveio nas províncias selêucidas, na Ásia Menor e Oriente Próximo, e promoveu a fragmentação política em estados menores favoráveis a ela, que serviram de barreira contra o avanço dos partas: perante o desfecho da batalha de Magnésia, e com o acordo de Apameia, selado em 188 AEC, a Armênia, a Capadócia, a Comagena e o Ponto foram reconhecidos pelos romanos como reinos independentes aliados. Em contrapartida, os partas assumiram o controle da Pérsia e se consolidaram no Oriente, além de terem resistido à tendência pró-Roma. As relações entre Roma e o Império Parta permaneceram tensas devido às investidas militares romanas, especialmente a partir das Guerras Mitridáticas, que ocorreram entre 90 e 65 AEC (Bournotian, 2006, p. 29; Brosius, 2006, p. 90-92).

Em 60 AEC, o rei Mitrídates VI buscou refúgio com Tigranes após a derrota, provocando o ataque do general Lúculo. Eles pediram ajuda ao rei Fraates III, estabelecendo o Eufrates como fronteira entre Roma e a Pártia. Lúculo não invadiu a Pártia, mas Crasso, líder romano na Síria, declarou-lhe guerra, visando a expandir a “Cidade Eterna” até a Índia. Seu plano falhou, culminando na Batalha de Carras, em 53 AEC, na qual a capital italiana sofreu uma grande derrota. Isso levou à guerra entre Otávio e Antônio, culminando na Batalha de Filipos.

A Pártia, agora inimiga de Roma, atacou a Síria e a Ásia Menor. Antônio, aliado da Armênia, foi derrotado pelos partas, em Fraaspas, onde perdeu 24 mil soldados. Após uma derrota que diminuiu a influência dos romanos na Armênia, Augusto adotou uma estratégia diplomática e militar equilibrada para manter o domínio imperial na região. Notavelmente, após uma tentativa malsucedida de aliança entre os partidários de Antônio e os da Pártia, para conquistar a Síria, em 40 AEC, os partas ajustaram sua política externa em relação a Roma. Preocupados com um possível avanço romano, os primeiros consideraram que a região do Oriente Próximo era grande o suficiente para uma coexistência pacífica entre os dois impérios (Schlude, 2012, p. 23).

É importante realçar que Augusto definiu um modelo de relações externas que foi o paradigma romano durante grande parte do período imperial. Este modelo consistia numa estratégia de interferência indireta nos assuntos políticos dos reinos próximos ao *limes* romano. Sempre que possível, Roma optava por permitir que seus reinos clientes resolvessem os seus próprios conflitos, evitando, assim, o uso e o custo das suas próprias forças militares, como exemplificado no relato de Tácito. Após a batalha de Áccio, em 31 AEC, Augusto estrategicamente acolheu Tirídates, um aspirante ao trono parta, na Síria, e recusou o pedido do governante armênio Artaxias para resgatar seus irmãos reféns em Roma, colocando Artavasdes em seu lugar.

Anos depois, o monarca retornou a Roma com o filho sequestrado de Fraates IV. Este rei solicitou a liberação de seu descendente e a tutela do monarca, mas Augusto optou por não interferir nas questões partas. Ele permitiu que Tirídates permanecesse em Roma, ao mesmo tempo que devolveu o filho de Fraates, como um gesto de boa vontade aos partas. Em 20 AEC, Augusto viajou para o Oriente e interveio na Armênia. Na ocasião, destituiu o impopular soberano pró-partas, Artaxias II, e, com o apoio romano, colocou Tigranes no trono. Esta ação foi apresentada, em Roma, como uma vitória militar. A influência de Augusto desempenhou um papel crucial na recuperação dos estandartes romanos que estavam na Pártia.

Em retribuição, Fraates recebeu garantias de que seu reino não seria perturbado. Por outro lado, reconhecia os interesses romanos na Armênia. Um acordo não oficial emergiu, estabelecendo possivelmente o Eufrates como a fronteira entre as respectivas zonas de impacto, o que o *princeps* apresentou à população da cidade de Roma como uma vitória. Celebrou com um triunfo concedido pelo Senado, promovendo também a construção de um arco no Fórum, a emissão de moedas gravadas com *signis receptis* e a representação da transferência dos estandartes na estátua de Prima Porta.

Durante anos, a harmonia entre romanos e partas prevaleceu, inclusive com o envio dos príncipes partas para a capital do Império. Todavia, com a morte de Tigranes II, irrompeu-se uma nova disputa sucessória no trono armeno, desta vez entre Tirídates III e Artavasdes. A situação piorou quando Tibério, encarregado de resolver a querela, abandonou a missão e exilou-se em Rodes, no ano 6 AEC.

A situação se tornou ainda mais complicada com a morte de Fraates IV e a sucessão de seu filho homônimo, que resolveu interferir na Armênia. Gaio César, apontado como possível sucessor do *princeps* à época, recebeu a incumbência de conter as intenções dos partas e resolver a questão *in loco*, enquanto Augusto concordava com a coroação de Tigranes III. A situação foi resolvida em 2 EC, com o encontro de Gaio César e Fraates V, no Eufrates. Em troca de autonomia, o monarca pártico reconheceu os interesses romanos

na Armênia, renunciando ao retorno de seus irmãos e mantendo Roma como fronteira política.

Oito anos depois, novas disputas sucessórias fizeram com que uma delegação parta pleiteasse Vonones, outro filho de Fraates IV, ao trono. Desse modo, este foi conduzido sem interferência direta do imperador. Este sucessor não durou muito tempo no poder: em 12 EC, Artabano II tornou-se monarca, e, nesta ocasião, Roma não interferiu, mantendo sua estratégia de influenciar a política armena e limitar a influência parta.

Essa abordagem evidencia a busca por dominância regional, baseada na presença de líderes aliados na Armênia e na manutenção de relações harmoniosas com a Pártia, além de projetar a imagem de um conquistador estendendo a soberania romana ao Oriente (Gruen, 1996, p. 163). É possível observar, pelas inscrições em monumentos espalhados por Roma e suas províncias, e na moeda imperial, a mensagem propagada por Augusto e seus sucessores. Isso exclui brevemente Domiciano, mesmo com os conflitos militares durante o Período Antonino. Até a ascensão de Septímio Severo, a mensagem seria a de uma coexistência pacífica entre romanos e partas. Isso ocorre apesar da representação visual que posiciona os partas em um lugar de inferioridade – mas não de submissão – em relação aos romanos (Rose, 2005, p. 67-68).

Sob Artabano II (10/11-38 EC), Vonones buscou refúgio e poder na Armênia, onde fora rejeitado tanto pelos romanos quanto pelos partas, e, por fim, acabou sendo eliminado. Pouco tempo após a morte de Augusto e a ascensão de Tibério, em 16 EC, Germânico César designou Artaxias como rei, procurando um líder satisfatório para ambos os lados. Este permaneceu com a autoridade por dezessete anos. Assim como Augusto, Tibério aperfeiçoou sua diplomacia no Oriente, empregando uma estratégia que visava à paz, mas com a ameaça implícita do poder militar romano. Além disso, Artaxias, um líder dedicado à caça e à equitação, representava as preferências dos armênios (Levick, 1999, p. 114-115).

Todavia, após sua morte, em 34 EC, uma vez mais o reino da Armênia tornou-se foco de conflitos, e estes são relatados por Tácito. Agora, diante dos distúrbios na fronteira, Tibério repetira o padrão, mediante o envio de Fraates como quinto membro da dinastia para o trono armeno. À vista disso, Tácito (*Ann.*, VI, 32, 1-2) afirma: “esse era o desejo de Tibério, [...] mantendo seus objetivos de gerenciar assuntos externos por meio de estratagemas, e de manter as armas à distância”.

Contudo, essa estratégia falhou, pois, segundo Tácito (*Ann.*, VI, 32, 2): “Fraates, após abandonar o estilo de vida romano, ao qual se acostumara ao longo de tantos anos, estava adotando os hábitos dos partas, quando, incapaz de se adaptar às suas disposições nativas, foi vitimado por uma doença na Síria”. A bem da verdade, podemos observar a

incapacidade de Fraates em lidar com as pressões e desafios políticos internos no Reino da Armênia, bem como a sua inabilidade em conter as ambições imediatas de seu rival, Artabano (Brosius, 2006, p. 99; Levick, 1999, p. 115). Diante dos fatos, Tibério rapidamente substituiu Fraates por outro pretendente, Tirídates, e mobilizou a província da Síria, sob o comando do governador L. Vitélio, ex-cônsul, e as legiões romanas em estado de alerta (Tac., *Ann.*, VI, 32, 3).

Podemos nos ater a esta passagem um pouco mais e debater como a tradição aristocrática romana pode ter avaliado a postura dos imperadores júlio-claudianos a respeito das relações de Roma com alguns de seus reinos vizinhos. Para Gowing (1990, p. 322-331), as representações dos reis clientes elaboradas por Tácito, em seus *Anais*, seguem um padrão: são reféns da realeza estrangeira que, tendo sido educados em Roma ou ali residido por um longo período, são posteriormente designados para governar uma região que, em essência, lhes é estranha. Os benefícios da vida romana têm consequências, tornando o governante inapto para o poder: seu governo é, muitas vezes, visto como opressivo, tirânico, mal-recebido e desdenhado por seus conterrâneos, além de um instrumento e manifestação inaceitável da servidão imperial.

Naturalmente influenciado pelos valores de sua contemporaneidade, Tácito contrastava o imperador Trajano com seus antecessores em diversos assuntos, principalmente na política externa. A presença pessoal, energia e envolvimento direto deste *princeps* diferiam das ações mal executadas devido à inação dos antecessores da dinastia Júlio-Claudiana. Apesar das omissões e enviesamento, o autor fornece uma crítica da problemática relação entre antigos soberanos e reinos-clientes, além de propor considerações para que a posteridade atue de maneira mais adequada a esse respeito.

Tácito continua seu relato com um capítulo em que descreve a preparação militar para o conflito. O cenário era o seguinte: influenciado pelos romanos, o rei Artabano II estava sendo desafiado internamente pelo candidato Tirídates III e, no território armênio, por Mitrídates. De início, este último persuadiu o rei Farasmanes I, da Ibéria, a orquestrar o assassinato de Ársaces, um dos filhos de Artabano II, que foi indicado ao trono armênio durante este interregno. Em seguida, ambos invadiram a cidade armênia de Artaxata (Tac., *Ann.*, VI, 33, 1).

Ao tomar conhecimento desses eventos, Artabano II designou o seu outro filho, Orodes, ao trono armênio, dando-lhe as forças partas para agir contra os armênios e os iberos. Em resposta, Farasmanes recrutou tropas auxiliares dos sármatas. Os líderes sármatas "aceitaram presentes de ambos os lados e, à maneira local, assumiram alianças opostas", o que sugere que atuaram como mercenários, servindo a ambos os lados do conflito (Tac., *Ann.*, VI, 33, 2). A batalha aconteceu sem uma localização precisa fornecida

pelo autor e foi acelerada por um bloqueio que Farasmanes teria feito a Orodes, o qual, pressionado por seus próprios guerreiros, optou pelo combate (Tac., *Ann.*, VI, 34, 1). Em seguida, Tácito complementa que os partas estavam em desvantagem técnica, por terem apenas a cavalaria, enquanto os iberos também possuíam infantaria. Ele, então, faz uma breve digressão étnica, em que contrasta os armênios e sua aliança com os partas. Mas, tal digressão revela, principalmente, uma comparação entre os romanos e os povos do Oriente:

De fato, os iberos e albanos, por viverem em densas florestas, são mais robustos e resistentes. Eles afirmam serem descendentes dos tessálios, na época em que Jasão, após o rapto de Medeia e o nascimento de seus filhos, retornou à Cólquida para reivindicar o trono vago de Étes. Ambos os exércitos se posicionaram em formação de batalha, e o parta começou a falar sobre o Império do Oriente e a ilustre linhagem dos Arsácidas, argumentando que, em contraste, os iberos eram desconhecidos e dependiam de soldados mercenários. Farasmanes disse à sua tropa que eles haviam permanecido imunes ao domínio parta, e que, quanto maiores fossem suas empreitadas, maior seria sua glória se vencessem, mas também sua desonra e perigo se recuassem. Ao mesmo tempo, destacou seu exército armado e, perante eles, a tropa meda adornada com ouro; de um lado, verdadeiros homens, do outro, apenas a pilhagem [...] (Tac. *Ann.*, VI, 34, 1-3).

Segundo Ash (1999, p. 114-123), os trechos de Tácito têm um forte apelo estético e literário, funcionando como uma amostra histórica convincente para sua audiência. O foco na descrição da batalha está no contraste étnico entre os combatentes. Tácito fornece, indiretamente, detalhes sobre os guerreiros partas liderados pelo rei Orodes, com ênfase na cavalaria, assumindo que os leitores romanos teriam um bom conhecimento das técnicas partas.

Esse contraste é ampliado pela diferença entre o exército do rei Farasmenes e a pompa dos partas, simplificados como medas, refletindo um reducionismo histórico. O discurso de Tácito revela o interesse financeiro no conflito, além de sugerir a desvantagem tática do rei parta, devido à previsão dos combatentes iberos em recrutar mercenários sármatas, o que aumenta a tensão na narrativa. Tácito ressalta a diversidade étnica do exército de Farasmenes, formado por iberos, albaneses e sármatas, em contraste com a descrição menos detalhada dos partas, algo comum na literatura romana, desde a Batalha de Carras, em 53 AEC.

Assim como no território armênio, as primeiras formações estatais da Geórgia emergiram entre os séculos VI e IV AEC, sendo mencionadas em inscrições assírias e urartianas, em textos de autores como Hecateu de Mileto, Heródoto e Arriano, bem como em cunhagens provenientes de transações com o Império Aquemênida. A partir do século IV AEC, a região recebeu influência helenística romana, mediante a dominação da dinastia

mitridática do Reino do Ponto. O Reino da Ibéria é mencionado por Estrabão, Tácito, Amiano Marcelino, além de registros georgianos, inscrições e assentamentos fortificados, que apontam uma extensa integração regional e comercial. Já o reino caucasiano da Albânia, estabelecido na região da Média, após sua independência, decorrente da dissolução do Império Aquemênida, no século II AEC, seria incorporado rapidamente pelo rei Tigranes II. De sua parte, sua independência política nunca foi ameaçada pelos romanos, com exceção de uma investida de Pompeu, em 65 AEC. Contudo, a ameaça dos alanos mobilizaria, adiante, o imperador Adriano, levando a uma aliança formal, em 138 EC, que foi continuada por Antonino Pio, dois anos mais tarde (Rossi, 2013, p. 5-6).

Um aspecto crucial é a caracterização dos ibéricos e albaneses, tidos como bárbaros do Norte, destacados por sua robustez, associada às florestas caucasianas. De forma similar, Tácito opta por não detalhar as táticas sármatas. Essa escolha é respaldada pela suposição de que a audiência já possui tal conhecimento e pelas preferências estéticas do autor. A estratégia narrativa realça diferenças, antecipando uma batalha cativante. Isso sugere que, à maneira dos espetáculos gladiatórios, a seleção dos lados opostos baseava-se na origem dos indivíduos e nas técnicas de luta. O objetivo era maximizar o deleite da audiência por meio de contrastes acentuados.

A oposição expressa na literatura da época com a delicadeza oriental ressalta um viés determinista, vinculado à origem setentrional e à mitologia grega. Os partas eram caracterizados pelo estereótipo do bárbaro oriental, apresentando vestes desarrumadas, cabelos emaranhados e barbas, além de uma postura submissa, que os distinguiu como forasteiros aos olhos dos romanos. De forma intrigante, embora fossem retratados como incivilizados, também eram descritos de maneira tradicional como “orientalizados”, sendo representados como luxuosos e efeminados.

Os estereótipos foram utilizados pelos romanos para justificar a animosidade contra os partas, bem como para se afirmarem como sucessores da tradição grega, particularmente nas batalhas contra os persas. Esta imagem foi empregada para corroborar a superioridade e o poder de Roma em relação ao Oriente. Mesmo não sendo fiéis à realidade, essas representações proporcionaram, aos primeiros, meios para legitimar suas conquistas e domínio.

Tais percepções foram expressas em práticas públicas, como nas encenações de antigas batalhas, e a incorporação de elementos persas nas narrativas fortaleceram a identidade e a autoridade do Império Romano. Essas representações ilustram as dinâmicas de poder entre Roma e o Oriente, e evidenciam a ideologia imperial que corroborava a dominação e a subjugação de outros povos (Brosius, 2006, p. 138).

A seguir, apresenta-se uma descrição da batalha que traz ao leitor a impressão de que se travou um combate bastante disruptivo, truncado e sem grandes planejamentos estratégicos. Tácito destaca a ausência de uma unidade de comando entre os sármatas, uma variedade de formas de batalha, como cavalaria, arco e flechas, corpo a corpo ou formação cerrada, algo bastante distinto das descrições das movimentações legionárias romanas em outras ocasiões (Tac., *Ann.*, VI, 35, 1). Em determinado momento, Farasmanes e Orodes se encontram, o que prenunciaria um clímax narrativo ao leitor que, curiosamente, logo é desfeito por meio de um rumor que desestabiliza as tropas partas:

No meio da batalha, Farasmanes e Orodes, que encorajavam os corajosos e auxiliavam os hesitantes, avistaram-se e reconheceram-se. Gritando e fazendo ressoar suas armas, cavalgaram um em direção ao outro, com mais força por parte de Farasmanes, perfurando o capacete de Orodes. No entanto, ele não pôde repetir o golpe, pois seu cavalo o levou para frente com o impulso, e o ferido foi protegido pelos mais corajosos de sua escolta. Contudo, creditou-se a ele um falso rumor de sua morte, levando os partas ao medo e concedendo a vitória aos outros (Tac., *Ann.*, VI, 35, 1-2).

Consequentemente, o rumor como ferramenta política é o estratagema que, segundo Tácito, teria sido utilizado, levando ao desenlace da batalha e à momentânea neutralização de Artabano II. A possibilidade de conflito com Roma desmobiliza o apoio dos armênios a Artabano, e incita a elite parta, contrária a ele, a concluir, mesmo que provisoriamente, seu plano de expurgo:

Artabano não teria recuado se Vitélio, reunindo as legiões e espalhando o rumor de que estava prestes a invadir a Mesopotâmia, não tivesse instigado o medo de uma guerra com Roma. Em seguida, a Armênia foi abandonada e as fortunas de Artabano foram revertidas, com Vitélio persuadindo as pessoas a desertarem de um rei que se mostrava cruel em tempos de paz e desastroso por seus reveses na guerra (Tac., *Ann.*, VI, 36, 1).

Vitélio, ao ver Artabano fugindo e o povo inclinado a aceitar um novo rei, encoraja Tirídates a aproveitar a oportunidade, e conduz o grosso das legiões e aliados até a margem do Eufrates. [...] De qualquer forma, foi construída uma ponte de barcas e o exército foi atravessado [...] (Tac., *Ann.*, VI, 37, 1).

[...] Vitélio, acreditando que já havia mostrado suficientemente as armas romanas, adverte Tirídates e os notáveis: a ele, para lembrar que Fraates era seu avô e que o César o havia criado e, a estes, para que obedecessem ao rei, nos respeitassem e preservassem, cada um, sua honra e fidelidade. Em seguida, voltou para a Síria com as legiões (Tac., *Ann.*, VI, 37, 3-4).

Na análise da batalha, com seu desfecho ineficaz, podemos confirmar, por meio de certos trechos, que Tácito dismantela a representação militar forte e assustadora dos partas. O texto evidencia a aflição pártica diante da dependência de táticas de arco, flecha e cavalaria. Ademais, o autor foca menos nos detalhes militares e mais na crítica

à política externa romana, sobretudo em relação a Tibério, por meio das estratégias de Lúcio Vitélio, avô do futuro imperador Vitélio. Um leitor contemporâneo, insatisfeito ao ver os partas vencidos por tribos vizinhas, poderia entender o pragmatismo de Roma: ao permitir que adversários estrangeiros resolvessem um conflito fronteiriço, Roma poupava suas próprias forças.

De maneira similar, a ideia de *metus hostilis* ou o medo benéfico de um poderoso adversário externo, é um elemento bastante comum na historiografia romana. Isso forçava as pessoas a deixarem suas diferenças de lado para lutar contra um inimigo comum. Teriam os partas lutado de maneira semelhante se o adversário fosse romano? Essa é uma questão que fica para o leitor. Igualmente, Tácito evidencia – e talvez concorde até certo ponto – com a política externa sensata de Tibério, uma vez que isso possibilitaria ao *princeps* focar em seu plano de perseguir a aristocracia senatorial. Sua descrição do conflito é envolvente e esclarecedora sobre as campanhas estrangeiras no Leste. Ela aborda táticas, desafios contemporâneos nas províncias e os perigos internos, na ausência de ameaças externas significativas (Ash, 1999, p. 129-132).

À vista disso, podemos tecer algumas conclusões. Entre a República e o Principado, senadores ou imperadores se preocuparam com as consequências das guerras. A despeito da valorização da glória militar do imperialismo romano, o risco e as limitações de recursos freavam a beligerância agressiva. De modo semelhante, a cultura política romana tinha salvaguardas à tirania, expressas em conceitos como a guerra justa, a diplomacia e a rendição incondicional. A postura militar assertiva era um reflexo de pressões internas e externas em Roma, cujo orgulho patriótico e a busca individual pela glória mantiveram-se constantes na passagem de um sistema político para outro.

Todavia, o Principado consolidou o monopólio do prestígio militar pela família imperial, gerando resistência à expansão. Esses anseios eram mascarados pela ideologia de estabilidade imperial e pelo domínio de Roma sobre as partes primordiais do globo. A ideia de conquista de terras selvagens e inóspitas era apenas eventual, pois as guerras vitoriosas tinham um impacto financeiro mínimo no Estado romano. Em contrapartida, os custos militares chegavam a representar metade das receitas imperiais, evidenciando a importância estratégica e econômica das decisões de guerra até o final do Império.

O conselho de Augusto de manter o Império dentro de limites financeiros é uma demonstração de sua compreensão sobre a relação entre o tamanho do exército, os custos da estabilidade administrativa e a complexidade da governança imperial. Nas províncias, Roma exercia sua autoridade mediante o *imperium*, o que envolvia emitir os comandos e esperar a obediência. Durante a República, essa dinâmica se manifestava de maneiras diferentes no Oriente e no Ocidente, um fato reconhecido pelos acadêmicos.

Após esse período, durante o Principado, era sabido que no norte da África e noutros territórios predominavam unidades políticas antiquíssimas e sofisticadas. Os romanos lidavam com estas mediante o eventual uso da força, embora, na maior parte do tempo, lhes assegurassem autonomia.

Se considerarmos uma análise de perspectiva ampliada, podemos compreender a interação de Roma com suas províncias, reinos-clientes e impérios fronteiriços para além da combalida relação centro-periferia. Conceitos de Relações Internacionais sugerem que um sistema internacional do Mediterrâneo Antigo pode ser interpretado a partir de uma abordagem construtivista ou realista. Abordagens como o construtivismo “moderado” ou o realismo “em camadas” oferecem quadros teóricos viáveis para análise, ao reconhecerem um sistema internacional que influencia seus estados e suas culturas internas. O processo de expansão imperialista romano – e seus limites – seria formado e sustentado pela agressividade, porém, seria atenuado por práticas discursivas internas, como questões morais, obrigações religiosas, tabus, normas de conduta e ideologia, as quais, quando projetadas para fora, exerciam efeitos constitutivos sobre o antigo sistema internacional (Burton, 2019, p. 96-104).

O breve excursus de Tácito sobre o conflito entre armênios e partas, durante o penúltimo ano de governo de Tibério César, nos permite delimitar questões que podem contribuir para a sinergia desse debate. Séculos antes da hegemonia romana sobre o Mediterrâneo, a Pérsia Arsácida e o Reino da Armênia já constituíam unidades políticas sólidas, com importante papel de integração regional com o Oriente Próximo e a Ásia Central. O Império Selêucida construiu alianças políticas e instituiu conflitos que desenvolveram uma cultura mediterrânica de assertividade bélica e de diplomacia em larga escala.

Roma é herdeira desta tradição, mas, entre a República e o Principado, seu imperialismo é acondicionado gradualmente às necessidades de integração sobre a dominação. Isso não significa que o Império Romano não tivesse exercido, por séculos, a preponderância pela força, mas as interações com as províncias dependiam mais dos arranjos administrativos e da descentralização burocrática do que da sujeição pela violência. Com relação aos reinos-clientes e outros impérios, o exemplo de Tácito é instrutivo: abaixo da superfície de um discurso que exaltava a superioridade romana diante dos estrangeiros, existia um Império que, na prática, se relacionava com autoridades e exércitos locais de maneira muito mais cautelosa e pragmática. Essa relação era especialmente importante para assegurar um sutil equilíbrio histórico, cuja ameaça de rompimento poderia ser periclitante e de resultados incertos para ambos os lados, fossem partas ou romanos,

e assim permaneceu durante boa parte do Principado, mesmo sob os mal afamados imperadores júlio-claudianos.

Referências

Documentação Textual

TACITUS. *The Annals*. Translation by A. J. Woodman. London: Hackett, 2004.

Obras de apoio

ASH, R. An exemplary conflict: Tacitus' Parthian Battle narrative (*Annals* 6.34-35). *Phoenix*, v. 53, n. 1, p. 114-135, 1999.

BOURNOTIAN, G. A. *A concise History of the Armenian People*. Costa Mesa: Mazda, 2006.

BROSIUS, M. *The Persians: an introduction*. London: Routledge, 2006.

BURTON, P. J. Roman imperialism. *Brill research perspectives in Ancient History*, v. 2, n. 2, p. 1-114, 2019.

GARSOIAN, N. The emergence of Armenia. In: HOVANNISIAN, R. G. (ed.). *The Armenian People from Ancient to Modern Times*. New York: St. Martin's Press, 1997, p. 37-62.

GOWING, A. M. Tacitus and the client kings. *Transactions of the American Philological Association*, v. 120, n. 1, p. 315-331, 1990.

GRUEN, E. The expansion of Empire under Augustus. In: BOWMAN, A. K. et al. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire (43 BC-AD 69)*. Cambridge: Cambridge University, 1996, p. 147-197.

LEVICK, B. *Tiberius the politician*. London: Routledge, 1999.

OVERTOOM, N. L. *Reign of arrows: the rise of the Parthian Empire in the Hellenistic Middle East*. Oxford: Oxford University, 2020.

ROSE, C. B. The Parthians in Augustan Rome. *American Journal of Archaeology*, v. 109, n. 1, p. 21-75, 2005.

ROSSI, A. V. Iran, the Caucasus and Europe. *Iran & the Caucasus*, v. 17, n. 1, p. 1-8, 2013.

SCHLUDE, J. M. The Parthian response to the campaign of Crassus. *Latomus*, v. 71, n. 1, p. 11-23, 2012.